

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS  
PASSOS: FESTAS, PROCISSÕES E FUNERAIS.*



ANNIE LARISSA GARCIA NEVES

NATAL, 2003.2

ANIE LARISSA GARCIA NEVES

*IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS  
PASSOS: FESTAS, PROCISSÕES E FUNERAIS.*



*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa  
Histórica II, ministrada pela Professora Denise  
Mattos Monteiro, do Curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande Norte, sob  
a orientação da Professora Maria da  
Conceição Guilherme Coelho.*

NATAL, 2003.

## O VENCEDOR

Olha lá, quem vem do lado oposto  
E vem sem gosto de viver  
Olha lá que os bravos são escravos  
São e salvos de sofrer  
Olha lá quem acha que perder  
É ser menor na vida  
Olha lá quem sempre quer vitória  
E perde a glória de chorar  
Eu que já não quero mais ser um vencedor,  
Levo a vida devagar pra não faltar amor  
Olha você e diz que não  
Vive a esconder o coração  
Não faz isso, amigo  
Já se sabe que você  
Só procura abrigo,  
Mas não deixa ninguém ver  
Por que será?  
Eu que já não sou assim  
Muito de ganhar,  
Junto às mãos ao meu redor  
Faço o melhor que sou capaz  
Só pra viver em paz

Marcelo Camelo

A meus avós Maria Alves Garcia,  
Manoel Garcia Filho (*in memoriam*),  
Terezinha Ferreira Neves e João Neves Costa  
por terem me ensinado a ter fé.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ter me concedido a graça de ter uma família e amigos maravilhosos e por me fazer aprender com aqueles que nem sempre foram legais comigo.

Tenho muito que agradecer a meus pais, João e Francisca por terem me apoiado ao longo de toda a vida mesmo quando eu decidi ser professora.

A professora Conceição Guilherme pela enorme paciência, confiança e amizade.

Aos meus irmãos João Neto e Marcos Antônio pelos momentos de trégua e fraternidade em meios as nossas imensas e às vezes irreconciliáveis diferenças.

Aos meus tios Vera e Lucas simplesmente por existirem.

Aos professores Maria Emília e Wicliffe pela amizade e atenção.

A Paulinha e Sirleidy por serem a família que eu escolhi.

A Lenin pela amizade às vezes próxima, às vezes distante mas sempre sincera.

A Abrahão a quem tanto amei e que tanto me ajudou .

A Péricles e Zaira pelas inesquecíveis viagens.

A Jorginho, Elizângela e Neto por me serem tão atenciosos e sinceros.

A turma do JEVA e do CESA pela amizade, apoio e compreensão.

Agradeço aqueles que durante esses cinco anos de vida acadêmica contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal, que me fizeram aprender um pouco mais sobre o ser humano

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 - CATOLICISMO NO BRASIL: RELIGIOSIDADE E LAICACIDADE	09
1.1 - O Padroado Português e a Colonização do Brasil	09
1.2 - As Associações Leigas no Brasil	12
2 - NATAL E A IRMANDADE SENHOR BOM <sup>Jesus</sup> DOS PASSOS: A CIDADE E A IRMANDADE DURANTE O SÉCULO XIX	18
2.1 - Aspectos socioeconômicos de Natal durante o século XIX	18
2.2 - A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Natal durante o século XIX	23
3 - FESTAS E RITOS FÚNEBRES: LOUVOR E DOR NA NATAL DO SÉCULO XIX	28
3.1 - Festas e Procissões	28
3.2 - Ritos Fúnebres	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
BIBLIOGRAFIA	39

## INTRODUÇÃO

O culto católico no Brasil esteve durante os períodos colonial e imperial subordinado a autoridade do Estado através do sistema do padroado, que outorgava a Coroa Portuguesa a responsabilidade de manter e fomentar o catolicismo através da Ordem de Cristo. Entretanto, nem sempre as obrigações do Estado Português para com a Igreja Católica no Brasil foram cumpridas fazendo com que a população tomasse para si o ônus da manutenção da fé católica através das instituições conhecidas como confrarias, irmandades religiosas ou associações leigas.

As associações leigas foram as responsáveis não só pela perpetuação do culto católico no Brasil, mas também pelas mais diversas manifestações sócio-culturais ocorridas no Brasil entre os séculos XVII e XIX, assim como ~~também~~ desempenharam um importante papel assistencialista e caritativo. As irmandades religiosas brasileiras se congregavam de acordo com os fatores étnicos e econômicos, catalisando dentro de si as esperanças e temores de seus associados diante dos problemas do cotidiano e em relação ao receio da morte.

Nosso trabalho visou proporcionar um maior entendimento sobre as manifestações sócio-culturais realizadas pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos na cidade do Natal, capital da Província do Rio Grande, durante o século XIX através das festas, procissões e funerais organizados pela irmandade nesse período. O corte cronológico baseou-se entre os anos de 1826 a 1855, uma vez que o primeiro Termo de Compromisso da Irmandade dos Passos foi aprovado pela Mesa de Consciência e Ordens do Império Brasileiro no ano de 1826. O ano de 1855 foi escolhido com limite final por ter sido o ano da civilização dos cemitérios em Natal com a criação do Cemitério do Alecrim, o que mudou em alguns aspectos as práticas fúnebres desenvolvidas pela Irmandade dos Passos.

No que se refere às fontes consultadas, nosso trabalho fundamentou-se basicamente no primeiro termo de compromisso da Irmandade dos Passos que data do ano 1826, uma vez que trata detalhadamente de cada atividade a ser desenvolvida pela Irmandade. Esse documento foi de suma importância para elucidação de como eram desenvolvidas as festas, procissões e ritos fúnebres organizados pela Irmandade dos Passos durante o século XIX.

No que diz respeito à bibliografia consultada, nos serviram de suportes teóricos: o livro Devoção e Escravidão de Julita Scarano, que trata da importância social e cultural das

fonte pária

associações leigas negras para o catolicismo brasileiro e para a manutenção do poder do Estado sobre a população mineira durante o século XVIII no distrito Diamantino. Neste, Julita Scarano se volta sobretudo à análise dos aspectos lúdicos e religiosos que serviam de base para a formação das Irmandades.

Também nos voltamos aos livros clássicos da História do Rio Grande do Norte, História do Rio Grande do Norte e História da Cidade do Natal ambos de Luís da Câmara Cascudo, e o livro História do Rio Grande do Norte de Augusto Tavares de Lira, que são dos poucos que tratam sobre a estrutura social natalense durante o século XIX, assim como os eventos sociais e religiosos realizados por esta. Entretanto as obras de Câmara Cascudo e Tavares de Lira nos deixaram algumas lacunas em decorrência da forma que estes escrevem suas "Histórias" privilegiando a factualidade.

Além destes, utilizamos o livro Festas e Utopias no Brasil Colonial, de Mary Del Priore. Nesta pesquisa Del Priore nos expôs o poder que a festa possuía, agregando durante sua manifestação os mais diversos grupos sociais ao mesmo tempo em que expunha a ordem do poder vigente, isto nos deu a fundamentação teórica para o estudo da relevância das festas e procissões dentro da sociedade brasileira.

Igualmente nos valem da dissertação de mestrado da professora Maria da Conceição Guilherme Coelho, Entre o céu e a terra: viver e morrer no Seridó nos séculos XVIII e XIX, a qual ~~se~~ utilizando ~~de~~ testamentos, inventários e termos de compromisso analisou as manifestações fúnebres e as perplexidades do homem seridoense diante da morte. A partir desta dissertação obtivemos um melhor conhecimento sobre os ritos fúnebres e a importância destes para as irmandades religiosas e seus associados.

Nosso trabalho foi composto em três capítulos. O primeiro capítulo tratou da institucionalização do catolicismo em território brasileiro enfocando a importância do Padroado Português e das Associações leigas no decorrer desse processo.

O segundo capítulo se referiu aos aspectos socioeconômicos da cidade do Natal durante o século XIX assim como ao papel desempenhado pela Irmandade dos Passos dentro da sociedade natalense através das atividades desenvolvidas por estas.

O terceiro capítulo propôs um estudo mais aprofundado das atividades desenvolvidas pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Descrevemos as festas e as procissões realizadas pela Irmandade, e como a Irmandade executava os ritos fúnebres de seus

associados assim como quais eram as obrigações destas para com seus “irmãos” moribundos e defuntos.

Desejamos com esse trabalho contribuir para a historiografia relacionada às associações religiosas enquanto propulsoras dos aspectos sócio-culturais de um povo. Procuramos através da Irmandade dos Passos preencher algumas lacunas referentes a composição social da cidade do Natal durante o século XIX, uma vez que esta instituição foi de grande importância para o desenvolvimento da sociabilidade natalense através da qual suas alegrias e tristezas eram expostas.

## **1º Capítulo: “Catolicismo no Brasil: religiosidade e laicidade”.**

### 1.1: O Padroado Português e a colonização do Brasil

O Concílio de Trento realizado entre os anos de 1545 e 1563, também conhecido como Contra-Reforma, embora acatado por toda a nação portuguesa não significou um embate às novas religiões, mas uma reforma no interior da Igreja Católica em Portugal a partir da instituição da Inquisição e da criação da Companhia de Jesus. O catolicismo português representava uma convenção para a burguesia, uma conveniência para a nobreza e uma alienação para a maior parte da população, cristãos fervorosos, o que resultou em muita devoção e devassidão na propagação do culto católico Além-mar.

Nesse sentido o catolicismo português era professado através de cerimônias externas de fé, onde as festas, procissões e o culto aos santos ocupavam um lugar de maior destaque dentro do calendário litúrgico, o importante para a população era ver, ser vista e mostrar sua fidelidade ao culto católico. Essa situação foi agravada pelo fato do clero não impor parâmetros que restringisse a ação da população de maneira que as cerimônias religiosas fossem menos festivas e mais doutrinárias.

O espírito absolutista se aproveitou da ociosidade do clero, buscando reduzir a hegemonia eclesiástica em favor do Estado Civil e Político, procurando secularizar a Igreja Católica Portuguesa sem macular a crença popular. Esse projeto foi executado em confluência com o processo de expansão marítima e comercial.

O aspecto religioso esteve sempre presente no projeto de expansão comercial do Estado Português, uma vez que a fé católica representava um marco fundamental para o sucesso e a consolidação da expansão portuguesa. O apoio dado a Ordem de Cristo pelo Vaticano entre os séculos XIV e XV tornado-a responsável manutenção do culto católico nas descobertas por Portugal, e o fato do grão mestrado cair nas mãos dos soberanos portugueses deram meios a estes para agirem com certa liberdade e fizeram dos monarcas portugueses os mentores da vida religiosa de seus súditos, tanto no Reino quanto em suas Colônias através do sistema do Padroado, que concedia ao rei português o direito de receber os dízimos, indicar os

cargos eclesiásticos assim como era responsável pela organização do calendário litúrgico, manutenção e construção de igrejas, capelas, ermidas e cruzeiros<sup>1</sup>.

Para a Coroa Portuguesa a expansão trazia em si tanto um caráter comercial quanto espiritual fazendo com que a colonização das novas terras descobertas fosse justificada não apenas pelo seu sentido financeiro, mas também por seu significado religioso, não visando apenas o lucro, mas acima disso a expansão do culto católico que vinha sendo ameaçado pela Reforma Protestante. Assim a colonização era justificada pela necessidade de evangelizar os pagãos ocasionando a partir daí a expansão do Império Português e do catolicismo fazendo com que o projeto colonial estabelecido por Portugal fosse sacramentado pela fé católica.

*“Se o projeto de expansão colonial era especificamente econômico, a religião era utilizada para dar a esse projeto legitimação de cunho sacral. O empreendimento econômico se transformava assim numa missão de caráter tipicamente religioso. Essa sacralização da expansão do mercado lusitano transparece com bastante evidência através das bulas pontificias. Era o próprio chefe da Igreja que oficializava a ampliação comercial lusa como uma conquista espiritual”.*<sup>2</sup>

A colonização do Brasil pelo estado português foi marcada pela dependência do clero em relação ao poder civil em decorrência do regime do padroado que responsabilizava a metrópole portuguesa de implantar a fé cristã em suas possessões coloniais. Através do sistema do padroado a metrópole portuguesa assumiu a responsabilidade pela a evangelização das novas terras usando para isso os dízimos eclesiásticos que também eram cobrados pela coroa portuguesa. Dessa maneira, durante o período colonial, e mesmo no período imperial, a manutenção e fomentação do culto católico ficaram a cargo do poder civil, cabendo, portanto ao Estado Português não só o recebimento dos dízimos como também o investimento deste na manutenção do culto católico.

Entretanto, a metrópole portuguesa mostrou-se muitas vezes lenta no sentido de cumprir com suas obrigações. Ocorreu muitas vezes uma fusão entre a receita do Estado e a dos dízimos eclesiásticos arrecadados pela Fazenda Real fazendo com que a arrecadação dos dízimos fosse tratada como mais um dos impostos da metrópole. Era através dos dízimos

<sup>1</sup> HOORNAERT, Eduardo et al. História da Igreja no Brasil: primeira época. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>2</sup> AZZI, Riolando. A cristandade colonial: um projeto autoritário. São Paulo: paulinas, 1987. (História do pensamento católico no Brasil, 1).

cobrados que se mantinha o culto católico na colônia, mas nem sempre era possível contar com os repasses de Portugal, tudo era muito lento, desde a nomeação e pagamento de párocos até a nomeação bispos e criação de bispados em decorrência da morosidade das comunicações entre a colônia brasileira e a metrópole e também por causa da grandeza do território colonial.

A vida eclesiástica na colônia era administrada pela Mesa de Consciência e Ordens. A Mesa de Consciência e Ordens era um órgão da Coroa Portuguesa, da administração real criado para auxiliar o contato administrativo da Igreja Católica e do Estado português e exercer influência da Coroa Portuguesa na Igreja, era um órgão de segundo escalão que ajudava na dominação do Estado e da Igreja sobre a vida na colônia. Suplementava o poder metropolitano nas colônias nas questões referentes à construção de igrejas, fundações de ordens religiosas ou associações leigas, criação de novas paróquias, nomeações de cargos eclesiásticos e também do tratamento de qualquer problema jurídico relacionado com assuntos religiosos tendo o poder de aprisionar e excomungar.

Durante a colonização do Brasil a Igreja Católica esteve sempre sob o jugo do Estado Português como executora da vontade da Coroa. No Brasil a ação missionária se desenvolveu de forma coercitiva baseando-se na catequização do gentio, impondo-lhe de forma brusca a doutrina católica através das missões religiosas, fossem estas volantes ou de aldeamento. O trabalho dos religiosos se limitava a desenvolver uma função política no quadro geral da colonização. Os religiosos estabelecidos no Brasil se assemelhavam a funcionários públicos, mais preocupados com assuntos burocráticos do que com a espiritualidade dos que aqui habitavam. O dever da Igreja Católica na colônia brasileira era defender os interesses da metrópole portuguesa mesmo que muitas vezes em detrimento dos direitos da população.

Alem das suas funções religiosas, as autoridades eclesiásticas eram responsáveis pelo desenvolvimento de inúmeras funções civis nas colônias lusas, tais como convocação para as eleições e manutenção do sistema educacional, hospitalar e assistencial.

*“O catolicismo, portanto, quer como religião oficial, quer como expressão popular, encontrava-se mais vinculado à autoridade civil do que ao poder eclesiástico. Dependentes da autoridade régia e com frequência exercendo funções políticas supletivas, os bispos do período colonial estavam*

*demasiadamente comprometidos com a Coroa Lusitana para poder efetuar uma ação pastoral eficaz”.*<sup>3</sup>

O catolicismo no Brasil durante seus três primeiros séculos não podia ser considerado uma prática ortodoxa, uma vez que a população embora se declarasse católica não vivenciava corretamente as práticas da fé romana.

De maioria analfabeta e mergulhada na ignorância, a maior parte da população brasileira mantinha com a religião uma relação baseada numa troca de favores com Deus e com os santos de sua devoção. A prática cristã se resumia numa sucessão de promessas e no culto aos santos, diante da falta de templos católicos ou da distância desses, cada casa possuía um oratório no qual eram realizadas as orações dos que ali habitavam. O povo participava pouco dos sacramentos, a não ser durante o período pascal e muitas vezes o batismo e os demais sacramentos eram encarados mais como um ato social do que um evento religioso.

O sistema de padroado dificultava um pouco o culto católico na colônia, pois sendo o dízimo eclesiástico arrecadado junto aos outros impostos cobrados por Portugal, muitas vezes a verba destinada à construção das igrejas e o pagamento dos párocos demorava bastante a chegar fazendo com que os próprios colonos arcassem com as responsabilidades que a metrópole através da Ordem de Cristo havia tomado para si, ou seja, muitas vezes ficava a cargo dos próprios colonos o ônus da construção de igrejas e do pagamento dos párocos.

Os assuntos ligados ao catolicismo no Brasil dependiam diretamente da vontade do Estado português, entretanto na maioria das vezes a metrópole não se mostrava muito interessada fazendo com que tal tarefa fosse organizada por leigos na figura das associações laicas. Dessa forma, a conservação do culto católico no Brasil que era muitas vezes deixada em segundo plano pela Coroa Portuguesa, fez com que os leigos tomassem para si essa responsabilidade.

## 1.2: As Associações Leigas no Brasil

A presença laica foi marcante na propagação do culto católico a partir das irmandades e associações religiosas, onde o aspecto devocional era expresso através das procissões e

<sup>3</sup> AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. Religião e Sociedade, v.1, n.1, p.125-149, maio, 1977.

festas dedicadas aos santos. De caráter social e popular, as confrarias religiosas agregavam em si as vicissitudes da população que se fixavam no Brasil, uma vez que representavam uma ligação entre a vida passada em Portugal e os temores que uma vida nova e cheia de surpresas na colônia brasileira lhes causava. Diante da inoperância da metrópole, as irmandades religiosas precederam o Estado e a Igreja enquanto instituições administrativas dando um suporte social e religioso pouco desenvolvido pelo governo português promovendo a devoção e a assistência social.

As irmandades se equilibravam entre o sagrado e o profano, seu ideal era a comunhão fraternal e o crescimento do culto público onde as necessidades do espírito misturavam-se as do corpo. Surgiram sob a inspiração do poder espiritual, posteriormente se pautaram na laicidade suplementando e muitas vezes substituindo, o papel da Igreja Católica. As associações religiosas podiam ser compreendidas como centro catalisador de personalidades amedrontadas pela morte, pela doença, mas também interessadas em conseguirem um espaço político.

As associações leigas tiveram seu ápice durante os séculos XVII e XVIII. A partir dos modelos portugueses buscaram adaptar às circunstâncias locais, mas sem perder as características de suas originais de Além-mar, mas ao contrário das irmandades portuguesas, as irmandades brasileiras nem sempre se integravam de acordo com a finalidade profissional, dando enorme valor às hierarquias étnicas e sociais. “*Freqüentemente seus membros viviam na vizinhança da mesma paróquia, mas havia irmandades que associavam pessoas por devoção, ofício, cor de pele ou estatuto social*”.<sup>4</sup> Tais associações possuíam uma rígida estrutura fundamentada por seu Compromisso, regra que estabelecia os estatutos da organização e que deveria ser seguida por todos os associados que prestavam juramento de obediência ao Compromisso no momento de sua admissão. Havia também um corpo dirigente, conhecido por Mesa. Os irmãos que compunham a Mesa eram escolhidos através de votação ocorrida no interior da associação.

Normalmente o surgimento das associações religiosas estava condicionado ao culto de determinado santo protetor em junção com algum trabalho assistencial em prol dos irmãos associados, tais como enterramentos, festas e procissões mantendo dessa maneira uma estreita

---

<sup>4</sup> MATTOSO, Kátia M. De Queiros. Bahia, século XIX: Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Livro V: A Igreja. p.293-413.

ligação entre o sagrado e o profano. As irmandades surgiram da necessidade de aliar a religiosidade a objetivos beneficentes e de ajuda mútua não havendo uma distinção entre os interesses religiosos e os sociais, dessa forma os aspectos lúdicos e devotos se misturavam, gerando um convívio social marcado pelas vertentes penitencial e festiva do catolicismo e que seguia o compasso do calendário litúrgico.

As associações laicas possuíam uma certa independência em relação a outras instituições, uma vez que muitas vezes preenchiam a lacuna deixada pelo Estado português no quesito da assistência social fazendo com que a metrópole portuguesa as mantivesse sob vigilância absoluta, impondo a estas, uma série de obrigações antes de homologá-las, ou seja, as irmandades só tinham permissão para funcionar quando os seus compromissos eram aprovados pela Mesa de Consciência e Ordens.

O Estado Português foi bastante rigoroso em relação à aprovação dos compromissos, uma vez que tais atitudes demonstravam a força da Coroa, consolidando as relações entre os súditos e o real senhor. O rei controlava cada ponto do compromisso por menor que fosse este, nem as anuidades escapavam do crivo real, uma vez que estas não podiam ser aumentadas ou diminuídas, sem a aprovação prévia do rei. Nenhum termo referente ao Compromisso ou as realizações empreendidas pelas confrarias passava despercebido pela Coroa, a realeza inspecionava tudo desde a construção de templos até a mudança de localização das sedes das irmandades, e principalmente no que dizia respeito aos bens das associações. Tais atitudes eram a maneira que a autoridade real tinha de se fazer presente, forçando a população aceitar em tudo o seu poder, que não podia sofrer a mínima contestação.

As irmandades brasileiras mais populares eram as dedicadas ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora da Misericórdia, as irmandades eretas em nome dessa última eram responsáveis pela fundação e manutenção de hospitais mais conhecidos por Misericórdia ou Santa Casa de Misericórdia. As outras irmandades se dedicavam mais à vida social e religiosa, na coordenação de festas e procissões e na organização dos rituais fúnebres seus associados manifestando o espírito religioso da população, que abarcava os elementos das mais diversas classes sociais. *“É interessante notar que tais elementos eram homens e mulheres que levavam uma vida comum, mas que*

*patrocinavam o culto, construíam igrejas, paramentavam-nas, organizando assim a vida católica local.*"<sup>5</sup>

A escolha do orango, ou seja, o santo protetor da irmandade variava de acordo com as características sociais e étnicas e das necessidades imediatistas e temporais daquela população a partir do caráter intimista e familiar do culto. "*Os santos poderiam dessa forma, ser considerados símbolo da verdade racial e social do Brasil*".<sup>6</sup>

A morte era na maioria das vezes a principal preocupação das irmandades assim como o era para suas congêneres européias, o que favorecia os temas tétricos tão exaltados na metrópole portuguesa tais como as cenas da Paixão de Cristo, mas essa preocupação possuía também um caráter econômico, uma vez que os custos de um sepultamento e todos os rituais fúnebres eram bastante onerosos sendo mais vantajoso financiá-los em grupo. Era praticamente impossível para um indivíduo viver fora de uma irmandade, uma vez que ela era a responsável tanto pelo espiritual quanto pelo carnal, pelos encargos religiosos como também pela construção de templos e era a principal encarregada dos assuntos de caráter assistencial através dos quais amparava seus "irmãos" na velhice, doença e morte. As associações laicas eram organismos que abrigavam no seu interior indivíduos com os mesmos problemas, etnia e condição social. Para os imigrantes portugueses representavam um laço com Portugal, para os pardos e escravos uma maneira de minimizar as péssimas condições de vida que era imposta.

*"Essas instituições funcionavam como forte agente de defesa de seus interesses dentro da sociedade. Eram associações de auxílio mútuo, que asseguravam a seus membros amparo material e espiritual na proporção da posição ocupada por cada indivíduo na hierarquia da irmandade, posição ocupada por sua vez relacionada com o pecúlio do membro e seu lugar na escala social".*<sup>7</sup>

As associações religiosas deviam contar com seus próprios recursos para sustentar seu culto, onde se incluía as construções de igrejas, a organização das festas e procissões. Raríssimas vezes as irmandades remetiam algum pedido a Coroa, isso ocorreu até a terceira

<sup>5</sup> SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1976. (Brasiliense, 357).

<sup>6</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>7</sup> ARRAIS, Raimundo Pereira de Alencar. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife de século XIX*. São Paulo, 2001, Tese (Doutorado em História) – USP.

década do século XVIII pois tais pedidos demoravam muito para serem atendidos fazendo com que as irmandades desistissem de enviá-los e obrigando-as a procurarem resolver seus problemas por conta própria.

Em algumas ocasiões ocorria de alguém com maior poder aquisitivo doar maior parte das despesas necessárias para a construção do templo deixando para a associação os gastos menos numerosos, o que facilitava a arrecadação.

*“A obtenção de recursos financeiros era absolutamente necessária para qualquer irmandade, pois significava possibilidades de sobrevivência. Dentre os meios utilizados para tal fim, havia a contribuição pessoal dos membros, que consistia na jóia que pagavam a entradas e nas anuidades. O preço desta dependia da confraria e da categoria econômica dos que a integravam”.*<sup>8</sup>

Entretanto, o dinheiro arrecadado dos irmãos era em sua grande maioria empregado em benefício do próprio contribuinte, principalmente com despesas fúnebres, tais como velório, missas e sepultamento do associado. Era comum inclusive que pessoas com idade acima de sessenta ao entrarem em alguma irmandade tivessem que pagar o custo total do que seria gasto em seu sepultamento e demais rituais fúnebres, como cortejo e missas.

Também era muito comum que as associações laicas esmolassem como meio de arrecadarem fundo. Pessoas encarregadas pelas irmandades saíam pelas ruas, povoados e vilas esmolando, principalmente se as escolas fossem para a construção de igrejas. Embora a população reclamasse contra os impostos que normalmente tinham que pagar a metrópole, ela normalmente era generosa para com as obras das associações leigas principalmente por que via nessas doações uma expiação para seus pecados.

Após a proclamação da independência do Brasil pouca coisa mudou no que se refere ao culto da fé Católica, uma vez que a Igreja Católica brasileira permaneceu submetida ao poder do Império que por sua vez manteve o sistema do Padroado. Entretanto, a partir da metade do século XIX alguns bispos do Brasil deram início a um movimento reformador que visava o total desligamento do Estado em assuntos religiosos e a implantação da reforma tridentina, que até então ainda não havia sido estabelecida em sua totalidade em território brasileiro. Tal questão foi agravada pelo progresso econômico e o aumento do nível socioeconômico, que

<sup>8</sup> SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1976. (Brasília, 357).

causaram uma mudança no campo do pensamento e da crença fazendo com que o catolicismo que até então era inabalável começasse a entrar em crise. A partir de então, a Igreja passou a ter seu poder diminuído progressivamente, não apenas no âmbito das classes dominantes como também perdeu o controle sobre o cotidiano da massa dando espaço para o aparecimento de novos dogmas e credos, entre os quais podemos citar o estabelecimento do protestantismo no território brasileiro.

Diversos fatores contribuíram para o enfraquecimento do catolicismo, entre eles o movimento em favor do casamento civil, da criação dos cemitérios e principalmente a chegada do protestantismo em território brasileiro que também veio contribuir para a crise do catolicismo no Brasil, repercutindo entre o povo o aspecto leigo do protestantismo em oposição ao catolicismo clerical que os bispos lutavam para impor. Tal situação causou uma espécie de luta velada entre a Igreja e o Estado que perdurou durante todo o século XIX, e que não se desenvolveu apenas no campo doutrinário ou ideológico, mas também no âmbito da disputa pelo poder.

A vida cotidiana da maior parte da população no Império transcorre sem maiores preocupações em relação aos conflitos silenciosos da Igreja e do Estado, no caso da região Nordeste o dia-a-dia do povo estava diretamente ligada à religião cristã, a não ser no caso dos grandes centros urbanos como Recife ou Salvador as demais localidades seguiam fielmente o calendário litúrgico com todas as suas penitências e festas. Os principais eventos da vida religiosa em geral estavam intrinsecamente atrelados à vida pessoal ou social dos nordestinos, os batismos, casamentos, enterros e demais sacramentos eram encarados como cerimônias essenciais que integravam os devotos na sociedade civil. A maioria da população nordestina estava vinculada a alguma irmandade ou outra instituição religiosa, participando de maneira ativa das atividades desenvolvidas por elas e pela Igreja Católica.

2º Capítulo: “Natal e a Irmandade dos Passos: a cidade e a irmandade no século XIX”.

### 2.1: Aspectos socioeconômicos de Natal durante o século XIX.

A colonização do Rio Grande ocorreu durante a União Ibérica (1580-1640), mas como a autonomia de Portugal foi conservada pela Espanha o regime do padroado foi mantido.

A capitania do Rio Grande foi abandonada por seus donatários João de Barros e Aires da Cunha após duas tentativas frustradas de colonização, sendo em 1582 revertida a condição de Capitania da Coroa. Essa situação fez com que o Rio Grande ocupasse um lugar secundário dentro do quadro colonial lusitano, situação esta que perdurou até a Revolução de 1817. Dessa maneira a cidade do Natal ocupou durante esse período um caráter mais administrativo do que econômico ou político.

Durante o período colonial e mesmo no Império, Natal não passava de uma pequena povoação, possuindo o título de cidade mais por uma questão burocrática do que por valor, tamanha era a dificuldade de comunicação entre a capital do Rio Grande do Norte e a capital do Império que a Proclamação da Independência do Brasil só foi comemorada no mês de janeiro de 1823<sup>9</sup>. A economia se sustentava basicamente na lavoura de subsistência, no funcionalismo público e nas atividades liberais.

O século XIX foi para o Rio Grande um século das mudanças, todas as estruturas tanto as de natureza sociais quanto às de natureza políticas, sofreram maiores ou menores transformações decorrentes da mudança do eixo econômico. O sustentáculo econômico que até então era baseado na pecuária passou a ser gradativamente substituído pela agricultura sob a forma de cultivo da cana-de-açúcar, carnaúba e algodão gerando uma mudança física do espaço econômico que deixou de se concentrar no sertão potiguar se transferindo para a área do litoral traçando a partir daí uma nítida diferença entre a sociedade sertaneja e a açucareira.

*“No sertão, a vida das fazendas e a das cidades do interior era simples, afadigasas, bastando à produção do campo, quando chovia, e a criação, porem marcante pela austeridade dos costumes familiares, com vestimenta e*

---

<sup>9</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955.

*alimentação características. A vida nos engenhos foi faustosa e de uma abundância sem preocupações, formadora de uma elite rural perdulária, arrogante, requintada no uso do vestir e do comer, genitora de uma elite dominante na política regional.”<sup>10</sup>*

Sobre a sociedade natalense oitocentista, poucas são as referências encontradas e muitas são as lacunas sobre esse período que só se esclarecem mais a partir da metade do século XIX, as informações obtidas através de Câmara Cascudo, Tavares de Lyra e Rocha Pombo os três principais pesquisadores da História do Rio Grande Norte deste período trazem informações esparsas sobre a vida da população natalense durante o século XIX privilegiando o interior do estado, especialmente o sertão potiguar.

Natal seguiu à margem da vida política do Brasil e mesmo tendo participado da Confederação do Equador, seu envolvimento se deveu mais à situação de ser subalterna de Pernambuco do que por ideais políticos. A notícia da emancipação política do Brasil foi recebida sem nenhuma contestação, uma vez que era esperada desde ~~de~~ 1817. Foi comemorada em janeiro de 1823 com a presença de todos aqueles que lutaram na Confederação do Equador que a partir de então, livres e restaurados de seus direitos civis deram início às organizações partidárias das quais se fizeram líderes.<sup>11</sup> A elite política potiguar se decompunha e se recompunha de acordo com a política partidária mais proveitosa para aquele momento, seguindo um processo similar a todo território brasileiro durante o período imperial, o da instabilidade política.

A cidade de Natal, durante grande parte de sua existência enquanto capital do Rio Grande tanto como capitania quanto como província organizou-se mais como um centro administrativo do que como centro econômico ou comercial. Enquanto centro administrativo, a economia natalense baseava-se no funcionalismo público. Havia também, outras ocupações específicas mais ligadas à vida urbana como o ofício de sapateiro, ferreiro, alfaiate assim como lavouras de produtos alimentícios e de cana-de-açúcar que eram produzidos na zona rural da cidade.

<sup>10</sup> MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

<sup>11</sup> Ibidem.

Segundo Tavares de Lyra podemos estabelecer três camadas básicas na composição da sociedade natalense do século XIX, tais classes nos refletem a existência de uma vida urbana dependente e muito marcada pelo meio rural. A classe dominante era formada pelos grandes proprietários rurais, membros da alta hierarquia militar, os magistrados, os donos de casa comerciais e as autoridades civis, militares e religiosas contratados pelo Império para assumir altos postos na administração local. A classe média era composta por uma grande parte do funcionalismo público assim como os pequenos negociantes, artistas e hierarquias médias do Exército. As classes sociais menos privilegiadas a nível econômico, conglomeravam os que nada ou quase nada possuíam como os vadios e mendigos, parte do corpo militar em especial as tropas de linha e praças como também algumas profissões populares ligadas à infraestrutura da vida urbana, tais como jornaleiros, carpinteiros, entre outros.<sup>12</sup> Havia ainda os flagelados das secas, que muitas vezes invadiam a capital da província em busca de apoio por parte das autoridades civis.

Por fim, concluindo o conjunto social da cidade temos a camada dos escravos. Segundo Tarcísio Medeiros, o Rio Grande conservou um baixo índice de negros em sua etnia em decorrência da simplicidade do sistema pecuário, uma vez que *“nas fazendas de gado, o número de escravos era pequeno. A maioria dos fazendeiros não possuía mais de seis, acrescidos de alguns filhos de escravos que, nascidos após a Lei do Ventre Livre, prestavam serviços aos senhores de seus pais até a idade da emancipação”*.<sup>13</sup> Em Natal, a escravidão não pareceu ter tido muita importância econômica, havendo apenas um pequeno percentual de escravos espalhados pelas chácaras e sítios que compunham a cidade do Natal, sendo um pouco mais significativa no interior da província, assim como nos engenhos de açúcar. Quanto ao aspecto sócio-cultural os negros que moravam na cidade do Natal durante meados do século XIX estavam ligados entre si pela Irmandade do Rosário dos Pretos. Criada na primeira metade do século XVIII cuidava dos escravos em idade avançada que eram abandonados pelos seus senhores e pelos ritos fúnebres dos escravos.

A sociedade natalense oitocentista manteve o modelo patriarcal do século XVIII. A família patriarcal era, portanto, a espinha dorsal da sociedade e desempenhava os papéis de

<sup>12</sup> LYRA, A. Tavares de. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Typoghafia Lewzinger, 1921.

<sup>13</sup> MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

procriação, administração econômica e direção política. Na casa-grande, coração e cérebro das poderosas fazendas, nasciam os numerosos filhos e netos do patriarca, traçavam-se os destinos da fazenda e educavam-se os futuros dirigentes do país. Cada um com seu papel, todos se moviam segundo intensa cooperação. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, e, por isso, eram comuns os casamentos entre parentes. A fortuna do clã e suas propriedades se mantinham assim indivisíveis sob a chefia do patriarca. O que não pudesse ser provido pelo patriarcalismo representava um corpo estranho e indesejável. O próprio Estado, que enquanto ordem pública deveria estar acima das questões familiares, esbarrava nestas quando necessitava intervir. Os governantes sabiam que essa família exclusivista, dobrada sobre si mesma e solidamente organizada, era, por sua vez, o sustentáculo do Estado em decorrência do seu incontestável poder econômico. O pai de família possuía poderes ilimitados sobre sua esposa e filhos; as mulheres viviam reclusas no interior de suas casas em salas conhecidas pelo nome popular de *camarinhas* comandando criados e escravos.

O clima rural imperava na capital do Rio Grande, a população natalense se distribuía em chácaras e sítios ao redor do que se denominava Rua Grande, onde se localizavam os principais prédios públicos, entre eles a Casa do Governo e o Senado da Câmara e a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Até a segunda metade do século XIX, os principais divertimentos da sociedade natalense estavam diretamente atrelados à religiosidade católica, ou seja, missas, procissões e enterramentos.

A partir de 1850, Natal deu início a um processo de desenvolvimento socioeconômico por meio do empreendimento de diversas obras. Além do desenvolvimento da navegação regular a vapor favorecida pela reformas do Porto de Natal (1860), inauguração da iluminação pública, edificação do Mercado Público e a fundação dos estabelecimentos comerciais de Fabrício Gomes Pedroza, no Guarapes em 1859, e a de Ulrich Graff, entre as décadas de 60 e 70. Ainda enumerando as benfeitorias que a capital potiguar recebeu durante o século XIX, estão a construção da Estrada de Ferro Natal – Nova Cruz (1880-1883), da Estação Telegráfica (1878) e a inauguração da Fábrica de Fiação e Tecidos (1888).<sup>14</sup>

Essas pequenas modificações ocorridas no dia-a-dia da cidade originaram alterações para a vida social dos moradores de Natal. As construções do Hospital de Caridade em 1855 e

<sup>14</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955.

do Cemitério Público do Alecrim em 1856 fizeram com que a sociedade natalense repensasse sua religiosidade em relação à morte e às formas de morrer. O aparecimento do sistema de iluminação pública expandiu a vida noturna de Natal acarretando a intensificação das afinidades sociais fora da esfera residencial e inserindo no seio da sociedade natalense o costume dos bailes e saraus.<sup>15</sup>

A jurisdição eclesiástica sobre o Rio Grande era executada pelo Bispado de Olinda, situação que se estendeu até princípio do século XX. Tal fato explicou a propensão do clero potiguar às idéias liberais, adotando a posição liberalista do Seminário de Olinda, bastante conhecida e que nos influenciou abertamente. A partir da segunda metade do século XIX, internamente, a jurisdição eclesiástica estava dividida em vinte e uma freguesias por toda a Província do Rio Grande. A freguesia de Natal incluía a população de Ceará-Mirim e Papari, e entre esse mesmo período, São Gonçalo do Amarante se desmembrou da freguesia de Natal, constituindo uma nova freguesia. O clero natalense não se mostrou muito numeroso, característica essa comum entre as cidades de pequeno porte sendo poucas as citações bibliográficas concernente a párocos ou a existência de ordens religiosas.

Entretanto, as associações leigas em Natal foram profusas passando a existir quase que simultaneamente com o surgimento da cidade. As instituições leigas ocuparam um espaço entreaberto pela Igreja, promulgando por meio dela o poder e a influência dos grupos que representavam. Uma vez que a grande maioria das práticas religiosas até o período Imperial eram marcadas pela laicidade, em Natal a situação não foi diferente. Caminhando unidas estavam as cerimônias preparadas ou conduzidas pelos padres, e a religiosidade popular dos natalenses apregoada através de festas, procissões e enterramentos dos quais as associações laicas participavam ativamente.

A vida religiosa era bastante ativa na capital, uma vez que o cumprimento dos sacramentos católicos estavam diretamente ligados a vida social da população de Natal. Durante o período imperial os natalenses estavam distribuídos em seis Irmandades religiosas<sup>16</sup>, que retratavam a sociedade da capital potiguar e as principais categorias desta, proporcionando

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> De acordo com a documentação encontrada no acervo do IHG/RN, dentro do perímetro urbano da Cidade do Natal durante o século XIX havia seis irmandades religiosas, eram estas: a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Aflitos, a Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários, a Irmandade da Misericórdia e a Irmandade de Santo Antônio dos Militares.

a expressão no cotidiano de um poder não formalizado, que, se por vezes admitia as regalias da elite, abria também frestas para os anseios da população menos favorecida economicamente e excluída do poder político. Dessa maneira, a religiosidade popular e a organização estrutural da sociedade natalense se encontravam intrinsecamente ligadas, e a capital potiguar demonstrava bem essa ligação em suas festas, procissões e através da devoção silenciosa, na reunião dos irmãos no altar de seu santo devocional.

Embora tenham existido diversas associações leigas em Natal durante o período Imperial nosso estudo se dedicou unicamente aos aspectos sócio-culturais desenvolvidos pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos mais conhecida como Irmandade dos Passos.

## 2.2: A Irmandade dos Passos de Natal durante o século XIX.

As primeiras irmandades dedicadas ao Senhor Bom Jesus dos Passos surgiram em Portugal ainda no século XVI composta somente por homens, de cor branca e que fossem abastados no que se referisse a dinheiro, essas associações tinham a responsabilidade de organizar as cerimônias e procissões durante o período da Semana Santa e também realizar obras caritativas como nos mostra os artigos 2º e 4º respectivamente do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da cidade de Aveiro em Portugal que data no ano de 1835.

*Artigo 2º: O fim d'esta Irmandade é promover o culto religioso ao mesmo Senhor, e praticar mais actos de piedade e beneficência que for determinado por estes estatutos e comportarem a força de sua receita. (...)*

*Artigo 4º: Sendo o fim principal d'esta Irmandade o promover à veneranda de Nosso Senhor Jesus dos Passos, culto que produza edificação publica, haverá todos os annos, na segunda domingo da quaresma, a procissão do mesmo Senhor Jesus, feita com todo aparato e solenidade devida a tal acto. A procissão sahirá da Igreja do Carmo, depois do sermão Pretório e recolherá na de Nossa Senhora da Glória, segundo o antigo costume, onde haverá o sermão do Calvário, ou n'outra qualquer Igreja d'esta cidade, quando haja inconveniente n'aquella.<sup>17</sup>*

<sup>17</sup> COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. Aveiros, 1835.

Entretanto, essas não eram as únicas preocupações das associações religiosas. A execução dos ritos fúnebres de seus associados também era de responsabilidade da Irmandade dos Passos e não só dessa como de todas as associações leigas.

De acordo com a narrativa do "Gênesis", assimilada pelo conjunto das Sagradas Escrituras, a morte constituía um juízo de Deus em decorrência do pecado original<sup>18</sup>. Desobedecendo as leis de Deus, o homem recebeu uma vida de dias contados, cheios de labor e a-tribulações. Nesse sentido, a morte sintetizava simultaneamente o aniquilamento do corpo e a punição divina, o que causava uma certa insegurança.

Em síntese predominavam dois tipos de sentimentos, diante da morte: o medo da morte solitária e a imposição de uma agonia assistida. Assim a religiosidade combinava vários contratos de prestação de serviços religiosos que eram administrados de forma a maximizar as condições de salvação de cada um. Nesse sentido as Irmandades religiosas agiam como catalisadoras das incertezas humanas diante a morte.

Sempre buscando manter-se ligados à sua terra natal, os colonos portugueses que no Brasil se estabeleceram procuraram adaptar a forma do culto católico português a realidade brasileira, dessa forma a colonização portuguesa trouxe para o Brasil as cerimônias quaresmais e as primeiras imagens dolorosas do martírio de Jesus e do sofrimento de sua mãe e dos apóstolos. As figuras esculpidas de Jesus a caminho do Calvário e de Maria sob as invocações de Senhora das Angústias, Senhora das Dores, Senhora da Soledade e Senhora da Piedade apresentavam a exacerbação da dor, do sofrimento físico e psicológico.

Assim como em Portugal, as celebrações e procissões realizadas durante o período da quaresma e Semana Santa eram de responsabilidade das Irmandades organizadas sob a égide do Senhor Bom Jesus dos Passos. Essas instituições religiosas estavam espalhadas pelas mais diversas localidades do território brasileiro desde as Minas Gerais até o Grão-Pará, sendo responsáveis não somente pelos ritos pascais mas também pelos ritos fúnebres de seus associados.

A província do Rio Grande do mesmo modo contava com uma associação leiga consagrada ao Senhor Bom Jesus dos Passos fundada segundo Câmara Cascudo no ano de 1725<sup>19</sup> e reunia em seu quadro funcional pessoas ligadas à elite natalense, organizando as

<sup>18</sup> Para um melhor entendimento ler a Bíblia, Livro do Gênesis, capítulo 3.

<sup>19</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Natal: RN Econômico, 1999.

cerimônias e celebrações referentes ao período da quaresma e da Semana Santa bem como a execução dos ritos fúnebres de seus associados.

Inicialmente a Irmandade dos Passos se reunia na sacristia da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, instituição eclesiástica a qual a associação estava subordinada. No entanto, em decorrência do péssimo estado de conservação da Igreja Matriz foi empreendida uma reforma geral na qual a Irmandade dos Passos e a Irmandade do Santíssimo Sacramento não só contribuíram financeiramente para a reforma da capela-mor como mandaram construir duas capelas laterais para abrigar respectivamente ambas associações.

Porém, mesmo após a conclusão das obras das capelas laterais, as reuniões da Irmandade dos Passos continuaram a acontecer na sacristia da Igreja Matriz, tradição que perdurou até o ano de 1928 quando a sede da Irmandade dos Passos foi transferida para um edifício localizado na atual Praça Padre João Maria, local no qual se mantém até os dias de hoje.

Embora, existisse desde ~~de~~ 1725, o primeiro Termo de Compromisso da Irmandade dos Passos nos remete ao ano de 1826 quando foi devidamente aprovada pela Mesa de Consciência e Ordens do Império brasileiro. No Compromisso constavam de catorze capítulos e uma emenda, que visavam esclarecer quais eram os principais cargos que compunham o quadro hierárquico e quais as principais celebrações religiosas a serem desenvolvidas pela Irmandade.

No que referia a eleição para provedor da Irmandade dos Passos era necessário que o candidato a esse cargo fosse associado da Irmandade, residente em Natal e que obedecesse os preceitos da fé católica mas que acima de tudo fosse argenteiro no que se referisse a dinheiro como nos mostra o capítulo primeiro do Termo de Compromisso que tratava especificamente da eleição do provedor:

*“Não será elleito Provedor, pessoa que não ‘seja Irmão’ e abastado de bens, assistente nesta cidade ou freguesia, devoto e que frequente os atos da Irmandade. Elle deve observar e guardar as regras deste compromisso, conformando-se com os pareceres da Mesa naquillo que não estiver providenciado por ele. Será o presidente em todas as Mesas, e poderá elleger Escrivão quando o atual não for presente. Amigavelmente advertirá as falhas dos Irmãos. Poderá ser elleito todas as vezes que elle quizer e se a Irmandade convier. O seu lugar na mesa será a cabeceira della. Nas festividades feitas na*

*Igreja será junto a grade da Capella Mor da parte do Evangelho, nas Procissões do Senhor dos Passos atrás do palio com vara preta. Nos enterros no meio das alas a esquerda do reverendo capelão da irmandade, dará de esmola quarenta mil réis.*<sup>20</sup>

Não havia restrições à raça ou sexo para o ingresso na Irmandade dos Passos sendo apenas necessário que se pagasse a *jóia* de entrada e portasse de bom comportamento diante a sociedade deixando implícito que para compor os quadros dessa associação era necessário possuir um bom nível socioeconômico, como nos mostra o capítulo sete do Termo de Compromisso:

*“A pessoa que se elleger ou aceitar ... Irmao ou Irmaã desta Irmandade, deverá ser tal que pela sua qualidade e costumes a não delustre ou inquiete. Qualquer homem ou mulher que quizerem ser irmãos, dará de esmola oito mil réis e ficará pagando annualmente 1 avo de réis, excepto no anno em for mordomo ... isso que deve dar a sua mordomagem com a qual satisfãs o annualdo será reconhecido como Irmao ou Irmaã o que a sua entrada e anno destes se farao os termos ou se lançaras nos Livros competentes para se lhe faserem os sufrágios”.*<sup>21</sup>

Entre as principais obrigações da Irmandade dos Passos estavam as celebrações pascaes sendo a principal delas a Procissão dos Passos do Senhor realizada na Quinta-Feira Santa na qual ocorria o encontro das imagens de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e Nossa Senhora, que representava o último encontro entre Jesus e Maria antes da crucificação do Cristo, como nos mostra o capítulo 12 do Termo de Compromisso: *“Nunca deixará esta Irmandade de fazer a solemne e devota Procissão do Senhor dos Passos e esta deve ser feita na Sexta feira antes do Domingo de Ramos com toda aquella Pompa e devoção pede um acto tal”.*<sup>22</sup>

No mês de novembro havia a celebração do Dia de Finados sendo celebradas missas em sufrágio das almas dos Irmãos falecidos. Ocorria também no mês de novembro a festa da Padroeira de Natal, Nossa Senhora da Apresentação na qual estavam inseridas a participação de todas as Irmandades da Freguesia de Natal, entre essas a Irmandade dos Passos. Durante a semana de comemoração da festa da Padroeira de Natal, havia ao fim das cerimônias sacras a

<sup>20</sup> COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. Natal, 1826.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Ibidem.

organização de quermesses e fandangos preparados pelas Irmandades como forma de obter fundos para suas instituições.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos ao tempo que organizava as festas e procissões religiosas também garantia a seus associados um ritual fúnebre dentro das práticas cristãs vigentes, minimizando a dor e a angústia de seus agregados diante da morte, assim como realizavam ~~X~~ semanalmente missas em sufrágio pelas almas de seus “irmãos” defuntos estando presente em todos os momentos da vida de seus associados.

Uma vez que durante determinado período do século XIX, os principais eventos sociais existentes na cidade de Natal estavam associados às práticas da religiosidade católica, se abster de pertencer a uma associação leiga significava estar a margem dos principais acontecimentos sociais assim como está desamparado diante da morte e de suas incógnitas.

3º Capítulo: Festas e ritos fúnebres: louvor e dor na Natal do século XIX.

### 3.1: Festas e Procissões

(?) As celebrações festivas têm sido resultantes das mais diferentes expressões de uma sociedade, nelas se exprimem os recalques e reivindicações das mais variadas categorias sociais sendo um evento cultural e coletivo, a festa nivela. Existe no decorrer da celebração festiva uma espécie de solidariedade social criando uma ponte entre as mais diversas classes sociais. A partir da festa percebemos a capacidade criadora de um povo e das instituições que detém o poder dentro dele.

Expressão lúdica das instituições sociais que representa, a festa também possui um significado político, econômico e acima de tudo simbólico, uma vez que age como força catalisadora fazendo com que as derrotas e vitórias de um grupo confluíssem numa mesma manifestação. *"A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças."*<sup>23</sup>

→ Durante o período colonial, a metrópole portuguesa se utilizou das comemorações festivas, fossem essas religiosas ou profanas para manipular a população de suas colônias, uma vez que a festa gerava uma circularidade entre as mais variadas classes sociais possibilitando assim um maior controle sobre as classes populares por parte da elite metropolitana numa implícita demonstração do poder da coroa portuguesa, que dessa forma se mantinha ciente de todos os acontecimentos da colônia brasileira ao mesmo tempo que criava traços ilusórios de intimidade com os colonos.

No Brasil colonial tudo era motivo para se promoverem celebrações, principalmente se fosse para comemorar acontecimentos ligados à vida da família real portuguesa como nascimentos, casamentos ou mesmo falecimentos. Ao receberem qualquer que fosse a notícia, as câmaras das vilas ou cidades tomavam as devidas medidas para que os atos públicos de júbilo ou pesar fossem realizados. As celebrações variavam de acordo com a relevância dos acontecimentos. Havia desde a *iluminação* que eram luminárias colocadas nas ruas e praças

<sup>23</sup> DEL PRIORE, Mary. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.

até celebrações solenes com missas, procissões e *Te deum laudamus* que eram executados nas comemorações como nascimentos e falecimentos.

*“Assim, as diversas manifestações de júbilo destinavam-se à reafirmação do poder do soberano, em suas diversas dimensões: política, judicial, militar e eclesiástica. A necessária participação das câmaras e das principais autoridades locais fazia com que os elos hierárquicos.”<sup>24</sup> ( . . . )*

Desde o princípio da colonização brasileira e mesmo durante o período imperial as festas serviram como modo de ação, seja para catequizar índios, seja para tornar suportáveis, aos portugueses e demais estrangeiros, as agruras da experiência do enfrentamento de uma realidade desconhecida, com povo, clima, plantas e animais estranhos. Ela foi importante mediação simbólica, constituindo uma linguagem em que diferentes povos podiam se comunicar. Sendo síntese das mediações, especialmente entre natureza e cultura, ela foi um dos elementos facilitadores do transplante de um modelo social europeu para terras tropicais nos períodos colonial e imperial, quando a Igreja Católica imperava politicamente e as procissões e festas de santos eram praticamente intermináveis. Sendo obrigatória a participação não apenas de todos os portugueses cristãos, como também dos índios e, posteriormente, dos escravos. Um dos mandamentos da lei da Igreja inclusive determina *“Guardar domingos e festas de guarda”*.<sup>25</sup>

Guardar as festas é importante característica do judaísmo e do catolicismo, preceito que encontra seu sentido, para estas religiões, no mito de criação do próprio mundo, pois já durante a criação, Deus ordena *“Que haja luzeiros no firmamento do céu para separar o dia e a noite: que eles sirvam de sinais, tanto para as festas quanto para os dias e os anos”*.<sup>26</sup> Os luzeiros são o sol e a lua, indicando deste modo que eles devem marcar não apenas a passagem do tempo mas, antes ainda, o tempo da festa. Do mesmo modo, a festa se apresenta como mediação entre o passado e o futuro, realizada no presente e através da qual a humanidade poderia caminhar no tempo, tanto para frente quanto para trás.

<sup>24</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Significados cruzados: um reinado de Congos na Bahia Oitocentista*. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

<sup>25</sup> Maiores informações sobre o dez mandamentos, consultar a Bíblia.

<sup>26</sup> BÍBLIA. São Paulo: Edições Paulinas, 1971. Livro: Gênesis.

A parceria entre Igreja e Estado tornava as festas simultaneamente sagradas e profanas, e tornou muito comum, ainda, um comportamento extremamente devoto por parte da população, acentuando ainda mais a identificação entre a Igreja e o Estado. Nesse sentido era muito difícil dividir as festas em religiosas e profanas, porque uma estava dentro da outra não sendo possível especificar quando o sacro dava lugar ao profano. Muitas vezes a música sacra das festas religiosas misturava-se com ritmos populares trazidos de Portugal e Espanha, bem como a presença das danças profanas advindas dos índios e escravos que eram permitidas em dias de festa.

A propagação das procissões em dias de festa religiosa colocava em evidência a mentalidade das populações, que encontravam neste evento uma função tranquilizante e protetora. Itinerários significativos para a comunidade, cantos e ladainhas somavam-se para coroar as freqüentes procissões (acompanhamento de grandes cerimônias, desfiles, datas da agenda real) ou para atender a necessidades "imperiosas" como a saúde do rei, falta de chuva ou epidemias. Ao lidar com a questão por religião e fé por parte da população, que viam nas procissões um apoio espiritual, a Igreja passou a lhes dar justificativas históricas e teológicas. Mas aproveitou também para disciplinar e controlar a população. Isto porque as procissões eram e são, ao mesmo tempo, eventos comunitários e hierárquicos. Elas exprimiam a solidariedade de grupos subordinados a uma paróquia, reforçando tanto os laços de obediência à Igreja quanto aqueles internos aos membros de uma comunidade.<sup>27</sup>

Após o Concílio de Trento, quando os leigos ganharam aos poucos maior espaço no interior das irmandades religiosas, a procissão passa a representar a própria religião, a própria igreja em marcha, rumo ao destino de glórias do paraíso, mas como resultado de uma competição de recursos e de superioridade econômica ou social de seus membros. À vontade de participar, travestida de colaboração e boas intenções, peculiares do momento da festa, contaminava as classes mais ricas, incentivando-as a uma participação supostamente "filantrópica".

No Brasil oitocentista, as irmandades e confrarias destacavam o papel das comunidades na participação e organização das festas religiosas e suas séries intermináveis de procissões.

---

<sup>27</sup> REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Normalmente estas festividades ocorriam, como ocorrem ainda hoje, com a participação das economias particulares e, como o catolicismo era a religião do Estado, era difícil alguém recusar a contribuição. Todas as instâncias da comunidade eram envolvidas na elaboração das festas e os funcionários do governo português eram também avisados, pois cabia a eles aprovar sua realização e, quando não houvesse patrocínio particular, financiá-las.

A festa contagiava a todos, de tal forma que até os moradores quase indigentes se viam forçados a contribuir, especialmente por causa da coerção da Igreja, sobrepujando sua miséria, com o muito pouco que tinham. A festa acontecia como um turbilhão, que arrastava os diferentes segmentos sociais, intimando-os, mais do que os convidando, a participar dela, onde o brilho da colaboração individual poderia sobressair contra o cenário coletivo da festa. O calendário de festas procurava moldar a vida e os interesses das populações à aliança entre Igreja e Estado, interferindo nas formas de sociabilidade e de economia da população. Contudo, ao mesmo tempo em que era imposta, a festa criava, ou não conseguia evitar, brechas que ensejavam a transformação, a resistência, dramatizações públicas de ideais e fantasias dos grupos mais diversos.<sup>28</sup>

Na província do Rio Grande, as festas ocorriam de acordo com o calendário religioso marcadamente inspirado pela liturgia portuguesa. O ano litúrgico era aberto com a festa de Santos Reis que representava a visita dos três reis magos que vinham do Oriente para visitar e render graças ao Menino Jesus. A festa de Santos Reis era muito popular entre as classes mais humildes e ocorria na capelinha do forte dos Reis Magos do raiar do dia até o anoitecer.

Entretanto, eram as festas referentes ao período da quaresma e da Semana Santa que faziam com que a capital do Rio Grande parasse, como descreveu Câmara Cascudo:

*“Ocorre a Semana Santa, com o cerimonial impressionante. Quarta-feira de Cinzas era o primeiro anúncio, com a cruz de cinzas riscada na testa. Memento homo... Os dias da Quaresma, ausente de outros interesses que hoje os assaltam, ocupavam o natalense em absoluto. Jejuns, orações, leituras, seriedade.”<sup>29</sup>*

<sup>28</sup> DEL PRIORE, Mary. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>29</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Natal: RN Econômico, 1999.

A Irmandade dos Passos era desde ~~de~~ 1725, a principal responsável pelas celebrações ocorridas durante o período da Semana Santa e para isso trabalhavam o ano todo angariando fundos e pedindo esmolas por toda a cidade do Natal.

Era de responsabilidade do Procurador de Editos da Irmandade dos Passos sair esmolando pelas ruas da cidade nas sextas-feiras, ao fim de cada mês a quantia arrecadada era entregue ao tesoureiro da Irmandade que este a guardasse no cofre pertencente à associação.

A procissão dos Passos do Senhor era realizada na sexta-feira que antecedia o Domingo de Ramos. Na quinta-feira às cinco horas da tarde, todos os associados da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos se reuniam em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação para acompanhar a transladação da imagem do Senhor Jesus dos Passos devidamente coberta até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A imagem do Senhor Jesus dos Passos era depositada no altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário permanecendo lá até as cinco horas da tarde do dia seguinte. Na sexta-feira às cinco horas da tarde dava-se início a cerimônia da Procissão dos Passos do Senhor com um sermão proferido no pátio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário pelo pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em seguida a procissão saía pelas ruas da cidade. À frente iam os Irmãos da Irmandade dos Passos devidamente paramentados com suas opas roxas, o andor com o santo, os círios e as insígnias eram carregadas de acordo com os cargos hierárquicos, assim como a posição ocupada por cada irmão dentro da associação. Atrás iam os corpos das demais irmandades existentes em Natal e por último a população em geral. Ao chegar em frente a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação havia o encontro das imagens do Senhor Jesus dos Passos com Imagem de Nossa Senhora dando fim à procissão que se encerrava com um sermão proferido pelo pároco da Igreja Matriz<sup>30</sup>

No mês de setembro, entre os dias 10 e 14 era celebrada a festa de exaltação do Senhor dos Passos com o aparato necessário ao acontecimento. Havia a exposição do Santíssimo Sacramento no altar-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação com sermão especialmente escrito para aquela ocasião e era feita a *iluminação* defronte a Matriz durante os dias de festa. Essa cerimônia era normalmente executada em parceria com a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

---

<sup>30</sup> COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. Natal, 1826.

Novembro era o mês de Nossa Senhora da Apresentação que era comemorada com novenas, missas, procissões, *iluminação* e até fogos de artifício. Dessa festividade participavam todas as irmandades existentes na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação sendo cada uma delas responsável pela liturgia de um dos dias da festa. As celebrações decorrentes da festa da padroeira de Natal tinha início com uma missa na Pedra do Rosário, como ainda ocorre nos dias de hoje, os festejos duravam aproximadamente dez dias sendo encerrados com a procissão da imagem de Nossa Senhora da Apresentação.

As festas e as procissões realizadas em Natal durante o século XIX, assim como nos demais lugares do Brasil possibilitavam aos grupos sociais representados principalmente pelas irmandades religiosas, afirmarem seu grau de importância dentro da sociedade local.

### 3.2: Ritos fúnebres.

A morte, enquanto um fenômeno natural da condição dos seres vivos revela a impotência do ser humano diante da sua fragilidade, mas é também vista no seu sentido sagrado, religioso, como a experiência que transcende o tempo e o espaço.

*“Encarada como momento de passagem na vida, a morte é um aspecto que se destaca nas sociedades de cultura cristã. Estas geralmente lhe atribuem a dimensão de ‘chave’ de entrada na eternidade, enquanto chave pode ser vista como sinônimo de uma esperança escatológica. Entretanto, no Brasil do século XIX, era, paradoxalmente, temida. A preocupação com o destino no Além-túmulo se revestia de caráter apavorante, pois nem todos, apesar de esperarem e desejarem a Salvação, tinham a certeza de que ela efetivamente ocorreria, até por que se encontrava intimamente relacionada com a qualidade da vida terrena, o temor da morte estava ligado à crença no dia do Juízo Final, quando o Cristo voltaria para julgar os homens, condenando para todo o sempre os maus e conduzindo os justos para vida eterna.”*<sup>31</sup>

Não era somente o medo da morte que preocupava o homem, mas a possibilidade de não conseguir a Salvação e principalmente ser condenado ao castigo eterno, ou seja, ser enviado para o Inferno. Nesse sentido era preciso encontrar uma maneira, não de se enganar a morte mas de evitar a ida para o Inferno.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Cláudia: Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na corte, 1995, Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói.

Segundo o Concílio de Trento (1545-1562) a Salvação só seria possível através da contrição, da confissão e da penitência, e, exclusivamente, a absolvição sacerdotal garantiria a eficácia do sacramento.

A Igreja pós-tridentina valorizou, simultaneamente, as formas de devoção coletivas como expressão da Igreja Universal e, sob influência dos místicos dos séculos XVI e XVII acentuou o papel da devoção pessoal, as uniões místicas com Deus. Um momento privilegiado do Catolicismo deste período foi o fortalecimento da prática da confissão, do desenvolvimento da confissão individual periódica para libertar dos pecados através da contrição, penitência e abusavas, e que teria muita importância no momento da morte e sobre o destino espiritual após a morte.

O desenvolvimento da prática confessional teve fortes repercussões diante da morte. A prática da confissão final do moribundo, a aplicação dos últimos sacramentos levavam em consideração tanto as relações individuais com Deus e a salvação pessoal, como também a inserção do cristão na comunidade visível e invisível da Igreja universal. Os sacramentos de penitência, eucaristia e extrema-unção visavam garantir uma boa morte e a salvação da alma. A presença do padre na cabeceira do moribundo, acompanhando seus últimos arrependimentos e confissões <sup>qu</sup> ~~passaram~~ a ser essencial, e a ausência deste amparo espiritual <sup>qu</sup> ~~tornava-se~~ indesejável.

O mais temido não era ir para o Purgatório, onde se podia contar com práticas abreviadoras do tempo de purificação e penas, com a intervenção dos santos, as devoções e liturgias dos vivos, além das indulgências. Precisava-se evitar o Inferno e a certeza da condenação eterna, pois de nada adiantaria ao moribundo a intervenção dos vivos, dos santos, do anjo da guarda se este expirasse em pecado mortal.

A morte certa em hora incerta tornava-se base da prática da confissão periódica, da necessidade de preparação constante diante do momento desconhecido e fatal, que levaria à condenação eterna: a prática confessional, principalmente *in extremis*, visava aplacar as angústias e temores quanto às possibilidades de salvação no Além. Era preciso se estar firmemente preparado, uma vez que a morte não mandava avisar quando chegaria podendo aparecer subitamente.

Os rituais da extrema-unção, a participação individual e solitária do moribundo e do sacerdote na derradeira confissão, a participação da comunidade religiosa e social, através

da oração, quando se rezava pedindo a proteção contra o demônio, o arrependimento das falhas passadas e a misericórdia divina, apontavam para um sentido muito claro: na morte, era impossível obter a salvação sem apoio da Igreja e das comunidades religiosas. Só com a ajuda e participação ativa da Igreja através da administração dos últimos sacramentos davam ao moribundo a paz necessária na transição da vida para a morte e esperança da salvação da alma.

Nesse sentido, as associações religiosas eram encaradas como uma espécie de família espiritual, pois significavam dentro da mentalidade católica, um amparo e guia durante a vida mas, sobretudo resguardo na morte.

Pertencer a uma irmandade religiosa durante o período oitocentista no Brasil representava a certeza de se ter todos os ritos necessários para a Salvação da alma segundo prescrevia o catecismo católico.

A caridade executada dentro das irmandades era compreendida essencialmente como preparativo para os momentos difíceis, principalmente os momentos finais da vida de seus associados. Eram as associações leigas que possuíam as condições necessárias para a execução dos ritos fúnebres desde o ritual da extrema unção até o sepultamento, por isso era mais do que necessário para a população pertencer a uma dessas instituições.

Os Irmãos deixavam as associações leigas o cuidado do corpo e da alma. Muitas vezes moribundos que não eram associados, entravam as pressas em alguma irmandade, após um ingresso mais oneroso, a fim de garantir o enterro, o acompanhamento (procissão fúnebre) e sufrágios.

Nesse sentido, Maria da Conceição Guilherme Coelho destaca que,

*“A respeito da Irmandades, a expressão do medo da morte está sempre presente nos seus compromissos. Qualquer confraria religiosa tem dentro de seus estatutos um item intitulado de ‘Sufrágios’, no qual todas as determinações com relação aos rituais fúnebres e as posturas, a serem desempenhadas por elas na hora do falecimento de um associado estão firmemente dispostos, garantindo a seus membros que não partiriam desta vida terrena sem que todos os ritos sagrados, relativos ao sepultamento, seriam cumpridos.”*<sup>32</sup>

<sup>32</sup> COELHO, Maria da Conceição Guilherme. *Entre o céu e terra: viver e morrer no Seridó nos séculos XVII e XIX*, 2000, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN, Natal.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, não diferindo das outras associações religiosas cumpria rigorosamente com os ritos fúnebres estabelecidos em seu compromisso e principalmente com as obrigações *post-mortem* para com os irmãos já falecidos.

Normalmente, nas sextas-feiras era realizada uma missa pela alma de todos os irmãos já falecidos, a qual todos os associados deveriam comparecer estando pelo dois devidamente paramentos com suas opas e barandões acesos.

Quando corria a notícia de que um dos Irmãos estava em agonia de morte, o Irmão Tesoureiro era encarregado de dar início aos preparativos do cortejo fúnebre começando por mandar celebrar na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação pelo irmão agonizante e pela boa morte deste. Ao ser confirmada a morte, os associados da Irmandade dos Passos paramentados com suas opas, cruces e círios saíam em procissão da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação para a casa do Irmão defunto, lá chegando acendiam os seus barandões, executavam orações pela alma do defunto e aspergiam água benta sobre o morto. Terminada essa parte da cerimônia, saíam da casa do morto e organizavam o cortejo fúnebre. Segundo Câmara Cascudo, até o ano de 1855 não havia cemitérios em Natal com exceção do construído próximo à praia da Redinha para o enterramento de comerciantes ingleses que se estabeleceram em Natal mas que professavam a fé protestante.

Os sepultamentos ocorriam no interior das Igrejas e ao redor delas. O sepultamento dos associados da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos ocorria de acordo com a condição social de cada associado, os mais abastados eram enterrados ao longo da capela lateral da Igreja Matriz Nossa Senhora da Apresentação pertencente à irmandade e os menos favorecidos eram sepultados em torno do cruzeiro que ficava defronte a Igreja Matriz.

O cortejo fúnebre e a cerimônia de sepultamento eram obrigatório e quem os faltasse sem uma desculpa convincente era chamado a explicar-se, uma vez que esses ritos eram um meio de reunir os associados, mantendo o sentimento da solidariedade entre o grupo e promovendo a importância da Irmandade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O culto católico brasileiro foi profundamente marcado pela laicidade das Irmandades religiosas. A atuação das associações leigas fizeram do catolicismo no Brasil uma prática profusa de aspectos sagrados e profanos sendo na maioria das vezes difícil precisar em qual momento a sacralidade do culto abre espaço para as manifestações profanas durante as realizações das celebrações litúrgicas.

A margem dos conflitos ocorridos entre o Império brasileiro e a Igreja Católica, a população continuou diretamente ligada <sup>à</sup> fé católica tal como <sup>ela</sup> ~~est~~ foi implantada em território brasileiro, laica e impregnada de elementos profanos. Estando os acontecimentos sociais na maioria das vezes atrelados ao catolicismo sob a forma dos principais sacramentos fossem estes batismo, crisma, casamento.

Caracterizado pela laicidade o catolicismo brasileiro teve nas Irmandades religiosas sua principal propulsora, sendo estas as encarregadas pelos principais detalhes da vida católica no Brasil. Baseadas nos aspectos étnicos, sociais e econômicos de seus associados, as confrarias religiosas catalisavam as alegrias e as angústias desses, sendo muitas vezes as responsáveis pela manutenção do poder político e da ordem social mantidas pelas classes dirigentes. Durante o período colonial ou imperial as Irmandades religiosas estiveram sempre subordinadas ao Estado, trabalhando na maioria das vezes ao lado das classes dominantes.

No que se refere à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Natal a situação não se manifestou de maneira diferente. Embora não houvesse restrição de sexo ou etnia para se entrar na Irmandade dos Passos, é possível perceber uma certa segregação econômica implícita nas linhas de seu Termo de Compromisso ao se efetuar um estudo deste.

*E as outras?* Principal patrocinadora da vida social natalense durante o século XIX, uma vez que esta se pautava basicamente nas manifestações religiosas, a Irmandade dos Passos nos deixou transparecer sua segregação econômica a partir do lugar ocupado e papel desempenhado por cada sócio durante as realizações das festas, procissões e ritos fúnebres executados pela associação, sendo os papéis de destaque, tais como carregar o andor ~~durante a~~ procissão ou segurar os círios no decorrer de um cortejo fúnebre, eram tarefas destinadas aos “irmãos” de maior poder aquisitivo.

Até mesmo os enterramentos e as missas de sufrágios pelas almas dos irmãos variavam de acordo com o poder econômico possuídos por estes em vida. Enquanto os irmãos mais abastados seriam enterrados dentro da capela pertencente à Irmandade dos Passos situada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação sendo realizados por esses uma média de 20 missas em sufrágio da sua alma, os associados mais humildes eram sepultados ao redor da Igreja Matriz ou mesmo ao redor do Cruzeiro localizado defronte a este sendo celebrado em sufrágio pelas almas destes no máximo 5 e no mínimo 2 missas.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos foi durante o século XIX a principal responsável pelas manifestações sócio-culturais ocorridas na capital da Província do Rio Grande, tendo sido estas realizadas principalmente através das práticas católicas possuindo tanto elementos sagrados como por exemplo missas, sermões e procissões como profanos materializados sob a organização das quermesses e fandangos que ocorriam sempre após as celebrações litúrgicas.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. Aveiros, 1835.

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. Natal, 1826.

BÍBLIA. São Paulo: Edições Paulinas, 1971. Livro: Gênesis.

ARRAIS, Raimundo Pereira de Alencar. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife de século XIX. São Paulo, 2001, Tese, (Doutorado em História) – USP.

AZZI, Riolando. A cristandade colonial: um projeto autoritário. São Paulo: Paulinas, 1987. (História do pensamento católico no Brasil, 1).

\_\_\_\_\_. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. *Religião e Sociedade*, v.1, n.1, p.125-149, maio, 1977.

BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Atica, 1986.

CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1955.

\_\_\_\_\_. História da Cidade do Natal. Natal: RN Econômico, 1999.

COELHO, Maria da Conceição Guilherme. Entre o céu e terra: viver e morrer no Seridó nos séculos XVII e XIX, 2000, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN, Natal.

DEL PRIORE, Mary. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOORNAERT, Eduardo et al. História da Igreja no Brasil: primeira época. Petrópolis: Vozes, 1979.

LARA, Sílvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de Congos na Bahia Oitocentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). Carnavais e outras f(r) estas: ensaios de história social da cultura. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

LYRA, A. Tavares de. História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Typoghafia Lewzinger, 1921.

MATTOSO, Kátia M. De Queiros. Bahia, século XIX: Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Livro V: A Igreja. p.293-413.

MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos geopolíticos e antropológicos do Rio Grande do Norte. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na corte, 1995, Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói.

SCARANO, Julita. Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: Editora Nacional, 1976.(Brasília, 357).



